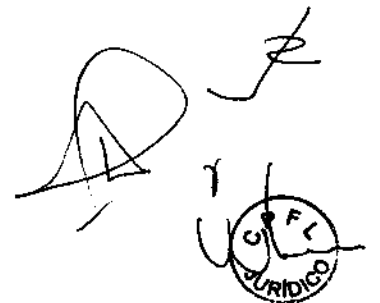


AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA Nº 009/2002-ANEEL**

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ



Handwritten signature and stamp. The stamp is circular and contains the text "CPFL JURIDICO".

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

PROCESSOS Nºs 48500.004591/04-89 e Nº 48500.003826/04-03



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE
CONCESSÃO Nº 009/2002-ANEEL, QUE
CELEBRAM A UNIÃO E A COMPANHIA
PIRATININGA DE FORÇA E LUZ - CPFL.**

A UNIÃO, doravante designada apenas Poder Concedente, no uso da competência que lhe confere o art. 21, inciso XII, letra "b", da Constituição Federal, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em conformidade com o disposto no inciso IV, art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, autarquia em regime especial, com sede no SGAN, Quadra 603, módulo "I", Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.270.669/0001-29, representada pelo seu Diretor-Geral, JERSON KELMAN, portador do RG nº 2.676.547 - SSP/DF e do CPF nº 155.082.937-87, nos termos do inciso V, art. 10, Anexo I - Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, amparada pelo Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro 2003, com a redação dada pelo Decreto nº 4.970, de 30 de janeiro de 2004, doravante designada simplesmente ANEEL, e a COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ, com sede na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km 2,5, parte, Campinas, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.172.213/0001-51, na condição de Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica, doravante designada simplesmente CONCESSIONÁRIA, representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente, Sr. WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR, portador do RG nº 10.5000.091 e do CPF/MF 012.217.298-10 e por seu Diretor Vice-presidente de Estratégia e Regulação, Sr. RENI ANTONIO DA SILVA, portador do RG nº M-658.104 SSP-MG e do CPF/MF 103.795.886-34, com interveniência do acionista controlador, conforme Resolução Autorizativa nº 332, de 13 de setembro de 2004, Companhia Paulista de Força e Luz, com sede na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km 2,5, Campinas, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.050.196/0001-88, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR, portador do RG nº 10.5000.091 e do CPF/MF 012.217.298-10 e por seu Diretor Vice-presidente de Estratégia e Regulação, Sr. RENI ANTONIO DA SILVA, portador do RG nº M-658.104 SSP-MG e do CPF/MF 103.795.886-34, neste instrumento designado apenas ACIONISTA CONTROLADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem firmar o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA No 009/2002-ANEEL, de 23 de setembro de 2002, de acordo com as condições e cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto atender às condições de eficácia constantes dos §§ 2º dos arts. 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na forma das alterações efetuadas na redação do Contrato de Concessão nº 009/2002-ANEEL, firmado em 23 de setembro de 2002, estabelecidas na Cláusula Segunda deste Termo Aditivo.

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL VISTO	
--	---

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS TARIFAS APLICÁVEIS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A **Cláusula Sétima - Tarifas Aplicáveis na Prestação dos Serviços**, do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 009/2002-ANEEL, firmado em 23 de setembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

***CLÁUSULA SÉTIMA - TARIFAS APLICÁVEIS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica que lhe é concedido por este Contrato, a CONCESSIONÁRIA cobrará as tarifas homologadas pela ANEEL.

Subcláusula Primeira - É facultado à CONCESSIONÁRIA cobrar tarifas inferiores às homologadas pela ANEEL, desde que a redução não implique pleitos compensatórios posteriores quanto à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro e resguardadas as condições constantes na Sexta Subcláusula da Cláusula Segunda.

Subcláusula Segunda - A CONCESSIONÁRIA reconhece que as tarifas indicadas no Anexo II, em conjunto com as regras de reajuste e revisão a seguir descritas, são suficientes, na data de 23 de setembro de 2002, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

Subcláusula Terceira - O valor das tarifas de que trata esta Cláusula será reajustado com periodicidade anual, obedecida a legislação e regulamentação vigente e superveniente, 01 (um) ano após a "Data de Referência Anterior", sendo esta definida da seguinte forma:

I - no primeiro reajuste, a data de 23 de outubro de 2000; e

II - nos reajustes subsequentes, a data de vigência do último reajuste ou revisão que o tenha substituído, de acordo com o disposto nesta Cláusula.

Subcláusula Quarta - A periodicidade de reajuste de que trata esta Cláusula poderá ocorrer em prazo inferior a 01 (um) ano, caso a legislação venha assim a permitir, adequando-se, neste caso, a "Data de Referência Anterior" e o "Período de Referência" à nova periodicidade estipulada.


Subcláusula Quinta - Para fins de reajuste tarifário, a receita da CONCESSIONÁRIA será dividida em duas parcelas:

Parcela A: parcela da receita correspondente aos seguintes custos: Cota da Reserva Global de Reversão - RGR; cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; valores relativos à taxa de fiscalização do serviço público de distribuição concedido; compra de energia elétrica em função do "Mercado de Referência", que inclui o montante de energia elétrica decorrente dos empreendimentos próprios de geração distribuída; contribuições ao ONS; compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, quando aplicável; encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica; encargos de serviços de sistema; Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; cotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA; Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética.

Parcela B: valor remanescente da receita da CONCESSIONÁRIA, excluído o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, após a dedução da Parcela A.

Subcláusula Sexta - As tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior" serão reajustadas de modo a recuperar a Receita da CONCESSIONÁRIA decorrente da aplicação do Índice de Reajuste Tarifário (IRT) médio, assim definido:

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL VISTO	
--	---

 2


$$IRT = \frac{VPA1 + VPBO \times (IVI \pm X)}{RA}$$

Onde:

RA: receita anual de fornecimento, de suprimento e de uso dos sistemas de distribuição, calculada considerando-se as tarifas homologadas na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, denominada como "Receita de Referência".

Receita anual de fornecimento: calculada considerando-se as tarifas de fornecimento homologadas na "Data de Referência Anterior" e o consumo de energia elétrica e demanda de potência faturados de consumidores cativos, não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, e não considerando as receitas oriundas de ultrapassagem de potência ativa ou reativa.

Receita anual de suprimento: calculada considerando-se as tarifas de suprimento homologadas na "Data de Referência Anterior" e o consumo de energia elétrica e demanda de potência faturados de outras concessionárias de distribuição, permissionárias e autorizadas não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, e não considerando as receitas oriundas de ultrapassagem;

Receita anual de uso dos sistemas de distribuição: calculada considerando-se as tarifas de uso dos sistemas de distribuição homologadas na "Data de Referência Anterior" e o consumo de energia elétrica e demanda de potência faturados de consumidores livres, de autoprodutores, outras concessionárias de distribuição, permissionárias, autorizadas e geradores conectados ao sistema de distribuição, não incluindo o PIS/PASEP, a COFINS e o ICMS, e não considerando as receitas oriundas de ultrapassagem;

Mercado de Referência: composto pelas quantidades de energia elétrica e de demanda de potência faturadas para o atendimento a consumidores cativos, consumidores livres, autoprodutores, outras concessionárias de distribuição, permissionárias e autorizadas, bem como pelas quantidades de energia elétrica e potência contratada para uso dos sistemas de distribuição e de transmissão pelos geradores, no período de referência;

Período de referência: 12 (doze) meses anteriores ao mês do reajuste em processamento;

IVI: número índice obtido pela divisão dos índices do IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que vier a sucedê-lo, do mês anterior à data do reajuste em processamento e o do mês anterior à "Data de Referência Anterior". Na hipótese de não haver um índice sucedâneo, a ANEEL estabelecerá novo índice a ser adotado;

X: valor estabelecido pela ANEEL, de acordo com Subcláusula Oitava desta Cláusula, a ser subtraído ou acrescido ao IVI;

Perdas Elétricas do Sistema de Distribuição: tratamento a ser estabelecido às perdas elétricas no momento da revisão tarifária periódica.

Energia Elétrica Comprada: volume de energia elétrica e potência adquirido para fornecimento aos consumidores cativos e para suprimento a outras distribuidoras, no período de referência, acrescido de: (i) perdas elétricas do sistema de distribuição, as quais se dividem em perdas técnicas e comerciais; e, quando aplicável, (ii) perdas associadas ao transporte de Itaipu e perdas na Rede Básica.

PROCURADORIA
FEDERAL/ANEEL
VISTO

3

VPA0: Valor da "Parcela A" considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", calculado da seguinte forma:

- (i) Para a energia elétrica comprada: montante de Energia Elétrica Comprada valorado pelo preço médio de repasse que foi considerado no reajuste ou na revisão anterior;
 - (ii) Para o uso dos sistemas de transmissão e/ou distribuição: montantes de demanda de potência contratados no período de referência, valorados pelas respectivas tarifas consideradas no reajuste ou na revisão anterior; e
 - (iii) Para os demais itens da "Parcela A": valores considerados no reajuste ou na revisão anterior.
- VPB0: Valor da "Parcela B" considerando-se as condições vigentes na "Data de Referência Anterior" e o "Mercado de Referência", calculado da seguinte forma:

$$VPB0 = RA - VPA0$$



VPA1: Valor da "Parcela A" considerando-se as condições vigentes na data do reajuste em processamento e o "Mercado de Referência", calculado da seguinte forma:

- (i) Para a energia elétrica comprada por meio de contratos firmados anteriormente à Lei nº 10.848/2004: o preço de repasse de cada contrato vigente na data do reajuste em processamento será aplicado ao montante de energia elétrica de cada contrato, verificado no período de referência, limitado ao montante de energia elétrica que poderá ser atendido pelo mesmo contrato nos 12 (doze) meses subsequentes;
- (ii) Para a energia elétrica comprada por meio de contratos firmados após a Lei nº 10.848/2004: o preço médio de repasse dos contratos de compra de energia elétrica de que trata o *caput* do art. 36 do Decreto nº 5.163, de 2004, autorizados pela ANEEL até a data do reajuste em processamento, ponderado pelos respectivos volumes contratados para entrega nos 12 (doze) meses subsequentes, aplicado ao montante de Energia Elétrica Comprada, deduzidos os montantes referidos no inciso (i) anterior;
- (iii) Para o uso dos sistemas de transmissão e/ou distribuição: montantes de demanda de potência contratados no período de referência, valorados pelas respectivas tarifas vigentes na data do reajuste em processamento; e
- (iv) Para os demais itens da "Parcela A": valores vigentes na data do reajuste em processamento.

Subcláusula Sétima - A ANEEL, de acordo com o cronograma apresentado nesta Subcláusula, procederá às revisões dos valores das tarifas aplicáveis na prestação dos serviços de energia elétrica, alterando-os para mais ou para menos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado da CONCESSIONÁRIA, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas. Estas revisões obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida em 23 de outubro de 2003, observado o disposto na Décima Sétima Subcláusula desta cláusula; a partir desta primeira revisão, as subsequentes serão realizadas a cada 4 (quatro) anos.

Subcláusula Oitava - No processo de revisão das tarifas, estabelecido na Subcláusula anterior, a ANEEL estabelecerá os valores de X, que deverão ser subtraídos ou acrescentados na variação do IVI ou

PROCURADORIA FEDERAL/ANEEL VISTO	
--	---


 4

seu substituto, nos reajustes anuais subseqüentes, conforme descrito na Subcláusula Sexta desta Cláusula. Para os reajustes anuais realizados até a Primeira Revisão Tarifária Periódica, realizada em 23 de outubro de 2003, o valor de X será zero.

Subcláusula Nona - A ANEEL poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão das tarifas, visando a manter o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo dos reajustes e revisões a que se referem as Subcláusulas anteriores desta Cláusula, caso haja alterações significativas nos custos da CONCESSIONÁRIA, incluindo as modificações de custos de compra de energia elétrica e encargos de conexão e uso das instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica que possam ser aprovadas pela ANEEL durante o período, por solicitação da concessionária, devidamente comprovada.

Subcláusula Décima - No atendimento ao disposto no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 1996, ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a assinatura deste Contrato, quando comprovado seu impacto, implicará revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

Subcláusula Décima-Primeira - Na hipótese de ter ocorrido, após a "Data de Referência Anterior", revisões de tarifas previstas na Subcláusula anterior, que tenham sido realizadas por alteração de tributos ou encargos que não aqueles constantes da Parcela A, quando do reajuste previsto na Subcláusula Sexta, as tarifas, após a aplicação do IRT, serão alteradas, para mais ou para menos, pelos mesmos percentuais destas revisões.

Subcláusula Décima-Segunda - A CONCESSIONÁRIA, na eventualidade de qualquer de seus consumidores se tornar autoprodutor ou passar a ser atendido por outro fornecedor de energia, poderá cobrar, pela utilização de suas instalações, as tarifas específicas estabelecidas pela ANEEL, que serão fixadas de forma a assegurar equivalência aos valores das parcelas de suas tarifas de fornecimento, correspondentes às instalações envolvidas no transporte de energia e aos encargos e compensações de responsabilidade do segmento de consumo, previstos na legislação.

Subcláusula Décima-Terceira - As tarifas de uso dos sistemas de distribuição serão reajustadas de acordo com fórmula paramétrica específica, considerando-se as suas respectivas componentes de custo.

Subcláusula Décima-Quarta - Será observado tratamento isonômico entre as tarifas de uso dos sistemas de distribuição aplicadas aos consumidores livres e aquelas aplicadas aos consumidores cativos, inclusive quanto aos encargos e as compensações nelas contidos.

Subcláusula Décima-Quinta - É vedado à CONCESSIONÁRIA cobrar dos consumidores de energia elétrica, sob qualquer pretexto, valores superiores àqueles homologados pela ANEEL.

Subcláusula Décima-Sexta - A CONCESSIONÁRIA obriga-se a obter a energia elétrica requerida pelos seus consumidores ao menor custo efetivo, dentre as alternativas disponíveis. Na aplicação dos reajustes e revisões, previstos nesta Cláusula, serão observados os limites de repasse, às tarifas, dos preços livremente negociados na aquisição de energia elétrica, conforme estabelecidos em resolução da ANEEL e na legislação vigente.

PROCURADORIA
FEDERAL/ANEEL
VISTO

Subcláusula Décima-Sétima - Conforme disposto na Segunda Subcláusula da CLÁUSULA TERCEIRA do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Distribuição nº 202/98-ANEEL, assinado em 1º de julho de 2002, os procedimentos de revisão de reajuste tarifários deverão cumprir os seguintes requisitos específicos:

I - para fins de identificação dos custos específicos de estruturação da operação de cisão, será estabelecido o percentual de participação destes nas despesas do serviço público de energia elétrica da BANDEIRANTE, apuradas com base no balanço de cisão, sendo o mesmo adotado como parâmetro mínimo para exclusão dos efeitos sobre as tarifas a serem homologadas, por ocasião dos reajustes tarifários de outubro de 2001 e de 2002, bem como da revisão tarifária de 2003, para as duas concessionárias resultantes da cisão;

II - para fins de identificação dos custos decorrentes da cisão (pessoal, material, serviços de terceiros, depreciação e outros), será estabelecido o percentual de participação destes custos nas despesas do serviço público de energia elétrica projetadas pela BANDEIRANTE, constantes do processo de cisão, sendo o mesmo adotado como parâmetro mínimo para exclusão dos efeitos sobre as tarifas a serem homologadas, por ocasião das 3 (três) próximas revisões tarifárias, bem como dos reajustes nos períodos fixados na alínea "b" deste inciso, de acordo com as proporções a seguir, aplicável às duas concessionárias resultantes da cisão:

a) 100% (cem por cento), 67% (sessenta e sete por cento) e 33% (trinta e três por cento), respectivamente; e,

b) para os reajustes tarifários: 100% (cem por cento) no período de 2001 a 2006, 67% (sessenta e sete por cento) no período de 2008 a 2010, e 33% (trinta e três por cento) no período de 2012 a 2014;

III - por ocasião dos reajustes tarifários anuais, ressalvado o de outubro de 2001, até a primeira revisão tarifária de outubro de 2003, serão calculados os Índices de Reajuste Tarifário - IRT's da BANDEIRANTE e da PIRATININGA aplicando-se, para ambas, o índice de menor valor apurado;

IV - quando da primeira revisão tarifária da BANDEIRANTE, prevista para outubro de 2003, será aplicado, para ambas, o menor índice de reposicionamento tarifário apurado entre a BANDEIRANTE e a PIRATININGA;

V - o reajuste tarifário de outubro de 2001 será homologado com base nos dados e parâmetros apresentados pela BANDEIRANTE, nos termos do Contrato de Concessão nº 202/98, e as novas tarifas serão praticadas pela BANDEIRANTE e pela PIRATININGA.

Subcláusula Décima-Oitava - Os requisitos estabelecidos na Subcláusula anterior, em nenhuma hipótese, serão considerados para efeito de avaliação do equilíbrio econômico-financeiro das concessões, inclusive quando das revisões tarifárias, em função do que os acionistas controladores de ambas as concessionárias aceitam assumir os efeitos decorrentes.

Subcláusula Décima-Nona - Havendo alteração unilateral do Contrato de Concessão que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado pela CONCESSIONÁRIA, a ANEEL deverá adotar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeito, a partir da data da alteração".

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES RATIFICADAS

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 009/2002-ANEEL, firmado em 23 de setembro de 2002, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

PROCURADORIA
FEDERAL/ANEEL
VISTO

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As alterações efetuadas neste aditivo serão implementadas por ocasião do primeiro reajuste ou revisão tarifária subsequente à assinatura deste Termo Aditivo.

Assim havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes da ANEEL, da CONCESSIONÁRIA, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas, para que produza os devidos efeitos legais.

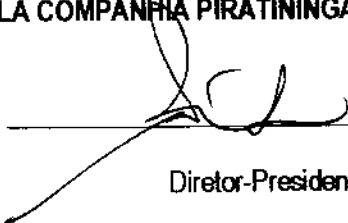
Brasília, 01 de setembro de 2005.

PELA ANEEL:

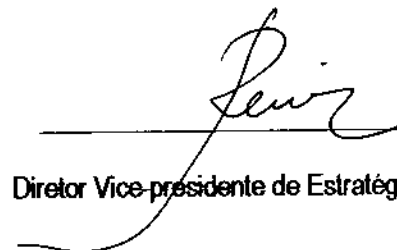


JERSON KELMAN
Diretor-Geral

PELA COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ:




Diretor-Presidente

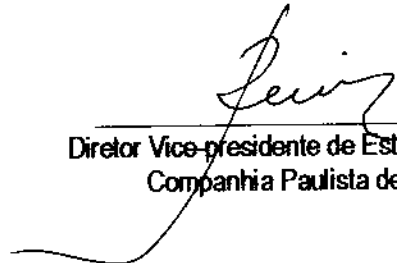


Diretor Vice-presidente de Estratégia e Regulação

PELO ACIONISTA CONTROLADOR:

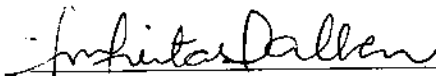


Diretor-Presidente
Companhia Paulista de Força e Luz

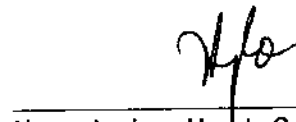


Diretor Vice-presidente de Estratégia e Regulação
Companhia Paulista de Força e Luz

TESTEMUNHAS:

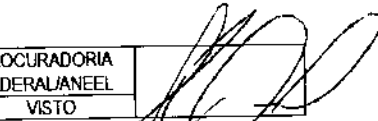


Nome: Janaina Maria de Freitas Dalbém
RG: 18.075.112-8
CPF: 068.783.988-27



Nome: Luciana Hogata Schoba
RG: 18.025.732-8
CPF: 171.963.788-14

PROCURADORIA
FEDERAL/ANEEL
VISTO



Humberto Cunha dos Santos
Procurador Federal / ANEEL
Mat. SIAPE nº 1357602

7
